

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Fátima Meira/Folhapress



Ex-ministro da Defesa na mira dos governistas

CPMI: sem consenso, requerimentos serão votados

Pressionado pela bancada governista e desafiado por duas decisões do Supremo Tribunal Federal, o presidente da CPMI do 8 de Janeiro, Arthur Maia (União-BA), desistiu de buscar consensos. Na terça, vai colocar para votar quatro requerimentos da ala governista e dois da oposição. A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) diz que ela e seus aliados vão

priorizar a ida à CPMI de militares como o general Paulo Sérgio de Oliveira (ex-ministro da Defesa) e de supostos financiadores de um golpe de estado, como o empresário Meyer Joseph Nigri: ele, a pedido do então presidente Jair Bolsonaro, teria repassado fake news sobre a eleição. Os governistas também querem a movimentação bancária de Jair e de Michel Bolsonaro.

Ódio virtual

Outro que está na lista dos governistas é Tércio Arnaud, ex-assessor de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados e de Carlos Bolsonaro na Câmara Municipal do Rio. Ele atuou de forma decisiva nas redes sociais da família e é suspeito de integrar o "gabinete do ódio" no Palácio do Planalto.



Mendonça dispensou ida de militar à CPMI

Parlamentares querem que plenário do STF se manifeste

A CPMI recorreu, no início da madrugada de ontem, da decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que desobrigou o tenente Osmar Crivellati de depor. Foi o segundo convocado a conseguir dispensa de comparecer à comissão. Os dois — Crivellati e Marília Ferreira Alencar, ex-chefe da Inteligência da

Secretaria de Segurança do DF — foram beneficiados por ministros nomeados por Jair Bolsonaro (no caso dela, Kassio Nunes Marques).

O comando da CPMI quer um encontro com a presidente do STF, Rosa Weber, para que ela determine que os recursos imputados nos dois casos sejam levados ao plenário.

Vitória...

Presidente da Embratur, Marcelo Freixo foi atendido pelo relator do projeto que regulamenta as apostas on-line. Líder do PSDB, Adolfo Viana (BA) aceitou destinar para agência que cuida da promoção do Brasil no exterior um percentual do imposto que será cobrado das bets.

Serviços 1

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) concorda que o projeto de reforma tributária prejudica o setor de serviços. Ele, porém, acha difícil que o Senado aceite a proposta de compensar os empresários do ramo com uma diminuição dos encargos sobre a folha de pagamento.

Serviços 2

Para ele, o caminho mais simples é conseguir uma alíquota menor para o setor. Como trabalha mais com pessoas do que com equipamentos e matérias-primas, o pessoal da área não tem como abater do imposto o que foi pago em outras etapas da produção de um bem.



Instituições de ensino terão planos especiais para promover saúde do trabalhador

Saúde laboral na educação pública

Já está no Diário Oficial a lei para trabalhadores

A Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação foi criada pela Lei 14.681, publicada na última terça-feira (19) no Diário Oficial da União. As instituições públicas de ensino terão prazo de um ano para elaborar planos em colaboração com municípios, estados, Distrito Federal e União.

Estudo feito por pesquisadores Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Estadual de Montes Claros, publicado em 2023 na Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, aponta os fatores de risco para doenças crônicas entre professores da educação básica da rede pública. Professores insatisfeitos no trabalho apresentaram maior prevalência

de comportamentos de risco, como comprometimento da saúde mental, tabagismo, excesso de peso e alcoolismo.

Para reduzir esses riscos, a nova política busca a valorização do trabalhador de educação, por meio da promoção da atenção à saúde integral e a prevenção ao adoecimento, assim como a promoção do bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura.

Para isso, os planos a serem elaborados pelas instituições de ensino deverão estabelecer medidas que considerem as condições de trabalho, o perfil e a jornada do profissional, além do número de alunos em sala de aula. Como metas, as ações devem buscar a formação continuada dos trabalhadores, a participação ativa na melho-

ria do clima organizacional e o combate às causas do adoecimento, que levam ao baixo desempenho.

A medida é optativa para as instituições privadas, mas as instituições públicas deverão atualizar os planos em até seis meses após a posse de prefeitos, governadores ou do presidente da República. Antes do final da gestão deverão publicar relatório de avaliação das metas, com dados sobre faltas, acidentes de trabalho, readaptação funcional, por exemplo.

Para garantir a transparência do projeto, esses indicadores deverão ser atualizados de maneira anual em uma plataforma de uso compartilhado, que permita, assim, o acesso da população às informações relacionadas a ele.

SP: Alunos de medicina na mira na Polícia Civil



Alunos da Unisa invadiram jogo de vôlei feminino pelados

A Universidade Santo Amaro (Unisa) expulsou estudantes do curso de medicina filmados nus, fazendo atos obscenos e tocando em seus genitais durante um jogo de vôlei que era disputado por mulheres na cidade de São Carlos, no interior de São Paulo. A instituição não precisou o número de alunos, mas disse que a punição se aplica aos estudantes "identificados até o momento".

"Assim que tomou conhecimento de tais fatos, mesmo tendo ocorrido fora das dependências da Unisa e sem responsabilidade da mesma sobre tais competições, a instituição aplicou sua sanção mais severa prevista em regimento, com a expulsão dos alunos identificados até o momento".

Segundo nota da Unisa, o episódio ocorreu entre os dias 28 de abril e 1º de maio no Centro Universitário São Camilo, durante um campeonato disputado por calouros de cursos de medicina conhecido como

Calomed. Vídeos divulgados na internet mostram estudantes correndo pelados — alguns simulando masturbação.

De acordo com o Centro Universitário São Camilo, "os alunos daquela universidade (Unisa), tendo saído vitoriosos, segundo relatos coletados, comemoraram correndo desnudos pela quadra", informou o centro. A partida era disputada

entre alunas do curso de medicina da São Camilo contra a equipe feminina da Unisa.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, classificou o episódio como "repulsivo, indesejável e absurdo" e esclareceu que a investigação do caso cabe à Polícia Civil.

A Polícia Civil de SP abriu investigação para apurar o episódio e identificar envolvidos.

Funai com Força Nacional

O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou, nesta terça-feira (19), o envio da Força Nacional de Segurança Pública ao estado do Pará, em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para atuar na Terra Indígena (TI) Ituna-Itatá, no município Senador José Porfírio. A medida foi publicada no Diário Oficial da União e tem duração de 90 dias.

Desde a última sexta-feira (15), a Operação Eralha Tapiro atua na remoção de rebanhos das terras indígenas, em

cumprimento a uma decisão judicial expedida pela 1ª Vara de Altamira. De acordo com a Funai, a desmobilização da produção ilegal busca acabar com a atuação de grupos que promovem a grilagem de terras da União e o desmatamento ilegal para a criação de gado.

Segundo informações da Agência Brasil, desde 2011, a TI Ituna-Itatá teve seu uso restrito aos estudos de localização de indígenas isolados no interflúvio Xingu-Bacajá. Mas, desde 2016, os estudos foram suspensos e os conflitos na região

aumentaram. De acordo com a Funai, a TI Ituna-Itatá foi a terceira mais desmatada no Brasil entre 2011 e 2021, chegando a registrar o maior índice de desmatamento em terra indígena, no ano de 2019.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), a equipe que atua na região vem sendo hostilizada pelos invasores, que também ameaçam a população local e danificam bens públicos, como pontes, para dificultar a localização dos responsáveis pelos crimes.

Vereador de São Paulo é cassado por racismo

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, nesta terça (19), a cassação do mandato do vereador Camilo Cristófaro (Avante) por quebra de decoro parlamentar devido a falas racistas. Em 2022, ele usou a expressão "é coisa de preto" e a frase foi captada pelo sistema de som do Legislativo paulistano.

Dos 55 vereadores, 47 foram favoráveis à punição, e ninguém votou pela absolvição. Foram registradas 5 abstenções e uma ausente, Ely Teruel (Podemos). O próprio Cristófaro e Luana Alves (PSOL), que denunciou o vereador à Corregedoria e à polícia, não votaram.

Como levantou o jornalista Carlos Petrocilo (Folhapress), o vereador precisava de pelo menos 19 votos, o equivalente a um terço da Casa, para salvar o mandato. Agora, ele ficará inelegível por oito anos, e o suplente Adriano Santos (PSB) assume o cargo.

Houve protestos do lado de fora da Câmara, com palavras de ordem contra atos racistas e roda de samba e de capoeira. No auditório, as galerias foram divididas entre apoiadores do vereador e aqueles que pediam sua cassação, com cartazes e faixas.

Em sua defesa, o vereador Cristófaro afirmou que os manifestantes que pediam sua saída receberam R\$ 50 e uma cesta básica e disse que o grupo precisava ter "vergonha na cara".

Gripe aviária chega a aves domésticas do MS

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) confirmou a detecção do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (H5N1) em uma criação de aves domésticas de subsistência na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. Esse é o primeiro foco da doença registrado no estado, e o terceiro em aves de subsistência no Brasil.

O Serviço Veterinário Oficial trabalha para conter e erradicar o foco. Para isso, intensificou as ações de vigilância em populações de aves domésticas na região. Nas áreas de risco epidemiológico ao redor, não há estabelecimentos avícolas industriais, segundo o Mapa.

Esse registro foi 103º foco confirmado no Brasil e o terceiro em criações não comerciais. O painel do Mapa sobre gripe aviária indica 105 registros na terça (19), 102 de aves silvestres e três de aves de subsistência.

Como envolve aves de subsistência, o caso não traz restrições ao comércio internacional de frango e outros produtos avícolas brasileiros. O consumo e a exportação da avicultura nacional permanecem seguros, diz o Mapa. Também não há mudanças no status brasileiro de livre da influenza aviária perante a Organização Mundial de Saúde Animal.

No momento, a população não deve recolher aves que encontrarem doentes ou mortas. Nesses casos, a pessoa deverá acionar o serviço veterinário mais próximo para a remoção, evitando o contágio do vírus.